



PARECER PRÉVIO Nº 12/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11997/2016.

Apenso: Processo nº 11880/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Sr. Abraão Magalhães Lasmar, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Içá.

6- Unidade Técnica: DICAMI E DICOP.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6171/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.4150/4151).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Desaprovação** da Prestação de Contas do Prefeito do Município de Santo Antônio do Içá, **Sr. Abraão Magalhães Lasmar**, relativas ao exercício financeiro de 2015, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis, resultado de atos dolosos que caracterizam improbidade administrativa, tal como constante na fundamentação constante no Reletório/Voto.
- 9.2. Oficiar** a Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá, determinando o cumprimento do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas do Prefeito, contados da publicação no DOE do



PARECER PRÉVIO Nº 12/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

presente Parecer Prévio;

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 12/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11997/2016.

Apenso: Processo nº 11880/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Sr. Abraão Magalhães Lasmar, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Içá, a época.

6- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6171/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.4150/4151).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Concessão de Prazo. Determinação. Notificação. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá, referente ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade ordenador de despesas, **Sr. Abraão Magalhães Lasmar**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b”, “c” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

9.2. Considerar em Alcance o **Sr. Abraão Magalhães Lasmar** no valor de R\$ 3.004.741,10, com devolução aos cofres públicos do município com fulcro no artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, no prazo de 30 dias; não ocorrendo a devolução, cabe a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá adotar medidas para recebimento dos valores; o valor imputado é devido as seguintes restrições:

9.3.1. Ausência de respaldo documental que fundamente o saldo registrado em caixa no valor de R\$ 1.722.191,21, conforme itens



ACÓRDÃO Nº 12/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

52/56;

- 9.3.2.** Face as faltas verificadas na monta de R\$ 242.497,12, conforme itens 57/66;
- 9.3.3.** A análise do elemento de despesa 3.3.90.14.00, qual seja, Diárias – Pessoal Civil, no valor de R\$ 189.560,00, conforme itens 98/100;
- 9.3.4.** Irregularidades constatadas pela Comissão de Inspeção da DICOP referente às obras e serviços de engenharia não comprovados pela municipalidade no valor de R\$ 850.492,77, conforme itens 101/104.
- 9.4. Aplicar Multa ao Sr. Abraão Magalhães Lasmar** no valor global de R\$ 43.152,36 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias; assim discriminadas:
- 9.4.1.** Multa, no valor de R\$ 30.000,00, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em decorrência das irregularidades descritas nos itens 15/17; 18/19; 20/23; 24/27; 28/36; 37/41; 42/44; 45/51; 57/66; 67/72; 73/77; 78/79; 80/83; 84/92; 93/95; 96/97, do Relatório/Voto;
- 9.4.2.** Multa, no valor de R\$ 13.152,36, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por inobservância dos prazos legais para remessa ao Tribunal dos documentos referidos nos itens 10/11 supra (e-Contas), relativos a doze (janeiro a dezembro) meses do exercício financeiro de 2015.
- 9.5. Conceder Prazo ao Sr. Abraão Magalhães Lasmar** de 30 dias para que recolha aos cofres estaduais as multas aplicadas nos itens acima, autorizando-se desde já o setor responsável deste Tribunal a proceder a execução deste título (art. 71, §3º, CRF/88), encaminhando-se, se for o caso as peças necessárias à execução judicial à Procuradoria Geral do Estado, tão logo transcorrido o prazo para a interposição de eventuais recursos ou adotado decisão terminativa;



ACÓRDÃO Nº 12/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

9.6. Determinar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá:

- 9.6.1.** Que adote providencias para efetivar as orientações da NBC TI 01 e cumprir o disposto no art. 31, c/c art. 74, I a IV e §1º, todos da CF/88, assim como art. 76 da Lei nº 4.320/64;
- 9.6.2.** Que cumpra o disposto no art. 48, caput c/c o art. 73-B, ambos da LC 101/2001;
- 9.6.3.** Que cumpra o disposto no art. 94 da Lei nº 4.320/64;
- 9.6.4.** Que adote providências para regularizar a situação dos agentes comunitários e de controle de endemias, em decorrência dos artigos 9º-G e 14, da Lei nº 11.350/2006;
- 9.6.5.** Que adote as medidas necessárias para efetivar a exigência legal, cumprindo o disposto no art. 11, da Lei Complementar nº 101/2000;
- 9.6.6.** Que cumpra o disposto no art. 1º, XLVII, da Resolução nº 27/2013 TCE/AM, especificamente quanto a atuação do Conselho do FUNDEB;
- 9.6.7.** Que cumpra as disposições relativas ao Fundo Municipal de Saúde;
- 9.6.8.** Que cumpra os art. 15, V e §1º, da Lei nº 8.666/93, assim art. 43, IV, do mesmo texto legal, assim como art. 73, II;
- 9.6.9.** Que regularize o controle de ponto de assiduidade do seu quadro de servidores;
- 9.6.10.** Que observe o teor da LC nº 156/2016 e o cumprimento do piso salarial do magistério, fundado na Lei nº 11.738/2008;
- 9.6.11.** Que observe e cumpra os prazos para a remessa de dados ao Sistema GEFIS; além da adoção de medidas para a atualização continuada no Portal da Transparência;
- 9.6.12.** Que cumpra o disposto no art. 21, da Lei nº 8.935/1994;
- 9.6.13.** Que cumpra as disposições da Lei nº 8.069/90, especialmente



ACÓRDÃO Nº 12/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

quanto a atuação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança;

- 9.6.14.** Que cumpra o disposto no art. 67, §1º, da Lei nº 8.666/93;
- 9.6.15.** Que cumpra o disposto no art. 60, 61, parágrafo único e 62, todos da Lei nº 8.666/93;
- 9.6.16.** Que adote medidas para implementar previsão nos Edital de Licitação de tratamento diferenciado as micro e pequenas empresas, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 123/2006;
- 9.6.17.** Que cumpra os arts. 58, 60 e 61 da Lei nº 4.320/64; caput do art. 62; art. 62, §§ 2º e 8º da Lei nº 8.666/93; art. 9º da LC 101/00;
- 9.6.18.** Que cumpra o art. 67, da Lei nº 8.666/93.
- 9.7. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá que dê especial atenção aos itens alvo de determinação à origem, visando verificar a ocorrência de reincidência;
- 9.8. Determinar** à DICAD deste TCE/AM que efetue o levantamento de todas as Admissões de Pessoal realizadas pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá, assim como a respectiva remessa dos processos à Corte de Contas; em caso de omissão, que sejam adotadas as providências cabíveis para se ver cumprido o disposto no art. 71, III c/c art. 75, ambos da CF/88;
- 9.9. Oficiar** ao Ministério Público do Estado do Amazonas, encaminhando as peças processuais da prestação de contas anual da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá, 2015, necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação do Acórdão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei;
- 9.10. Notificar** o **Sr. Abraão Magalhães Lasmar**, com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso;
- 9.11. Arquivar** o processo apenso nº 11880/2015, já julgado.



ACÓRDÃO Nº 12/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral